



MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
*Gabinete do Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações*

Exmo. Senhor  
Presidente da ANET – Associação Nacional  
Dos Engenheiros Técnicos  
Praça D. João da Câmara, n.º. 19  
1200-147 LISBOA

V. Referência

Data V. Referência

Nossa Referência

Lisboa.

Assunto: PORTARIA DE CADERNO DE ENCARGOS RELATIVO A CONTRATO DE  
EMPREITADA DE OBRAS PÚBLICAS  
PORTARIA – FORMULÁRIO DE CADERNO DE ENCARGOS RELATIVO A  
CONTRATOS DE CONCESSÃO

Encarrega-me Sua Excelência o Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações de remeter a V. Exa. as Portarias referidas em epígrafe para os comentários que entender por convenientes fazer-nos chegar até ao próximo dia 14 de Julho (final do dia), para o nosso fax n.º. 21.886 23 16.

Com os melhores cumprimentos,

Rel/ A CHEFE DO GABINETE

  
Carla Correia

ENCARREGADO PELA CHEFE DO GABINETE  
21/07/2008

Anexo: o mencionado  
/rm

**PORTARIA - FORMULÁRIO DE CADERNO DE ENCARGOS  
RELATIVO A CONTRATOS DE CONCESSÃO  
(alínea c) do artigo 46.º do Código dos Contratos Públicos)**

Portaria n.º [...] / 2008  
de [...] de [...]

O Código dos Contratos Públicos prevê a publicação, através de portaria, do formulário de caderno de encargos que sirva de base aos procedimentos de formação de contratos de concessão de obras públicas e de concessão de serviços públicos.

Com vista à salvaguarda do princípio da liberdade contratual, a utilização deste formulário não é obrigatória, devendo o mesmo ser entendido como um guia orientador, para efeitos de auxílio à entidade adjudicante.

Assim:

Manda o Governo, através do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, ao abrigo do disposto na alínea c) do artigo 46.º do Código dos Contratos Públicos, o seguinte:

**Artigo 1.º**

**Objecto**

- 1 - É aprovado o formulário de caderno de encargos relativo a contratos de concessão de obras públicas e de concessão de serviços públicos.
- 2 - O formulário a que se refere o número anterior não tem carácter vinculativo e constitui uma linha de orientação para auxílio às entidades adjudicantes.

**Artigo 2.º**

**Entrada em vigor**

A presente portaria entra em vigor na data de entrada em vigor do Código dos Contratos Públicos.

## **ANEXO**

### **FORMULÁRIO DE CADERNO DE ENCARGOS RELATIVO A CONTRATOS DE CONCESSÃO**

#### **TÍTULO I DAS CONCESSÕES EM GERAL**

##### **Capítulo I Disposições por que se rege a concessão**

##### **Cláusula 1.<sup>a</sup>**

###### **Contrato**

1 — O contrato é composto pelo respectivo clausulado contratual e os seus anexos[, nomeadamente o código de exploração<sup>1</sup>].

2 — O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a)* Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b)* Os esclarecimentos e as rectificações relativos ao Caderno de Encargos;
- c)* O presente Caderno de Encargos;
- d)* A proposta adjudicada;
- e)* Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3 — Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2, a

---

<sup>1</sup> Apenas quando aplicável, nos termos do artigo 44.º do CCP.

respectiva prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados nesse número.

4 — Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo Código.

## **Capítulo II**

### **Objecto contratual**

#### **Cláusula 2.ª**

##### **Âmbito e natureza da concessão**

1 — O contrato tem por objecto principal o desenvolvimento das actividades de [●].

2 — A concessão é de [obra pública/serviço público] e é estabelecida em regime de exclusivo relativamente às actividades integradas no seu objecto.

#### **Cláusula 3.ª**

##### **Estabelecimento da concessão**

1 — O estabelecimento da concessão é composto pelos bens móveis e imóveis afectos àquela e pelos direitos e obrigações destinados à realização do interesse público subjacente à celebração do contrato.

2 — Para efeitos do disposto no ponto anterior, consideram-se afectos à concessão todos os bens existentes à data de celebração do contrato, assim como os bens a criar, construir, adquirir ou instalar pelo concessionário em cumprimento do mesmo, que sejam indispensáveis para o adequado desenvolvimento das actividades concedidas, independentemente de o direito de propriedade pertencer ao concedente, ao concessionário ou a terceiros.

3 — Estão afectos à concessão, designadamente:

a) [●].

4 — Consideram-se abrangidos por cláusula de transferência, para efeitos do contrato de concessão, os seguintes bens:

a) [●].

5 — O concessionário elaborará e manterá permanentemente actualizado e à disposição do concedente, ou de quem for por ele indicado, um inventário dos bens referidos no n.º 2, que conterà, pelo menos, menção aos ónus e encargos que sobre eles recaiam.

#### **Cláusula 4.<sup>a</sup>**

##### **Delimitação física da concessão**

1 — Os limites físicos da concessão são definidos tendo em conta o estabelecimento da concessão.

2 — O estabelecimento da concessão integra as seguintes áreas:

a) [●].

#### **Cláusula 5.<sup>a</sup>**

##### **Regime do risco<sup>2</sup>**

O concessionário assume integral responsabilidade pelos riscos relativos à concessão, salvo estipulação contratual expressa em contrário.

#### **Cláusula 6.<sup>a</sup>**

##### **Financiamento<sup>3</sup>**

1 — O concessionário é responsável pela obtenção dos financiamentos necessários ao desenvolvimento de todas as actividades que integram o objecto do contrato, de forma a garantir o exacto e pontual cumprimento das suas obrigações.

2 — Com vista à obtenção dos financiamentos necessários ao desenvolvimento das actividades concedidas, o concessionário pode contrair

---

<sup>2</sup> Cláusula supletiva. O artigo 413.º do CCP obriga a uma “significativa e efectiva” transferência do risco para o concessionário.

<sup>3</sup> Cláusula supletiva. O artigo 413.º do CCP obriga a uma “significativa e efectiva” transferência do risco para o concessionário.

empréstimos, prestar garantias e celebrar com as entidades financiadoras os demais actos e contratos que consubstanciam as relações jurídicas de financiamento.

3 — Não são oponíveis ao concedente quaisquer excepções ou meios de defesa que resultem das relações contratuais estabelecidas pelo concessionário nos termos do ponto anterior.

### **Capítulo III**

#### **Duração da concessão**

##### **Cláusula 7.<sup>a</sup>**

##### **Prazo e termo da concessão**

A concessão terá como prazo de duração [●]<sup>4</sup>.

### **Capítulo IV**

#### **Concessionário**

##### **Cláusula 8.<sup>a</sup>**

##### **Sede, forma e capital social**

1 — O concessionário deve manter, ao longo de todo o período de duração da concessão, a sua sede em Portugal e a forma de sociedade anónima, regulada pela legislação portuguesa em vigor<sup>5</sup>.

2 — O capital social do concessionário encontra-se subscrito e realizado e será de € [●]<sup>6</sup>.

---

<sup>4</sup> Cfr. artigo 409.º, n.º 2, do CCP.

<sup>5</sup> Cláusula supletiva. O artigo 411.º, n.º 1, do CCP, estabelece que, na falta de estipulação, o concessionário deve manter a sua sede em Portugal e a forma de sociedade anónima.

<sup>6</sup> Cláusula facultativa.

### **Cláusula 9.<sup>a</sup>**

#### **Estrutura accionista do concessionário**

1 — A estrutura accionista do concessionário será composta unicamente pelo adjudicatário ou pelos membros do agrupamento adjudicatário, na proporção que venha a ser proposta para a respectiva participação.

2 — Qualquer alteração ao contrato de sociedade do concessionário depende de prévia autorização escrita do concedente<sup>7</sup>.

### **Cláusula 10.<sup>a</sup>**

#### **Estatutos do concessionário<sup>8</sup>**

1 — Salvo estipulação contratual em contrário, quaisquer alterações ao pacto social do concessionário devem ser objecto de autorização prévia por parte do concedente.

2 — Exceptuam-se do disposto no número anterior, as seguintes alterações estatutárias:

a) [●].

3 — O concessionário remeterá ao concedente, no prazo de [●] dias após a respectiva outorga, cópia das escrituras notariais de alteração do pacto social que tiver realizado nos termos dos números anteriores.

### **Cláusula 11.<sup>a</sup>**

#### **Oneração de acções do concessionário<sup>9</sup>**

1 — A oneração de acções representativas do capital social do concessionário depende de autorização prévia do concedente.

2 — Exceptuam-se do disposto no número anterior, a oneração de acções quando:

---

<sup>7</sup> Cláusula facultativa (cfr. artigo 323.º do CCP).

<sup>8</sup> Cláusula facultativa (cfr. artigo 323.º do CCP).

<sup>9</sup> Cláusula facultativa (cfr. artigo 323.º do CCP).

a) Efectuadas em benefício das entidades financiadoras nos termos previstos nos contratos de financiamento;

b) [●].

3 — A oneração de acções não depende de autorização do concedente e deve ser comunicada ao concedente no prazo, termos e condições que forem estabelecidos no contrato de concessão.

#### **Cláusula 12.<sup>a</sup>**

##### **Outras actividades**

O concessionário só pode desenvolver actividades complementares ou acessórias das que constituem o objecto principal do contrato se for expressamente autorizado pelo concedente<sup>10</sup>.

### **Capítulo V**

#### **Exploração e conservação do estabelecimento da concessão**

#### **Cláusula 13.<sup>a</sup>**

##### **Manutenção do estabelecimento da concessão**

1 — O concessionário obriga-se, durante a vigência do contrato de concessão e a expensas suas, a manter o estabelecimento da concessão em bom estado de conservação e perfeitas condições de utilização e de segurança, devendo diligenciar para que o mesmo satisfaça plena e permanentemente o fim a que se destina.

2 — O concessionário deve respeitar os padrões de qualidade, de segurança e de comodidade, designadamente para o apoio aos utentes.

#### **Cláusula 14.<sup>a</sup>**

##### **Obtenção de licenças e autorizações<sup>11</sup>**

---

<sup>10</sup> Cfr. artigo 412.º, n.º 2 e 3, do CCP.

<sup>11</sup> Cláusula facultativa (cfr. artigo 414.º, alínea c), do CCP)



O concessionário deve obter e manter todas as licenças e autorizações necessárias ao exercício das actividades integradas ou de algum modo relacionadas com o objecto do contrato.

#### **Cláusula 15.<sup>a</sup>**

##### **Poder de direcção do concedente**

Sem prejuízo do disposto nos artigos 302.º a 304.º do Código dos Contratos Públicos, o poder de direcção do concedente compreende as seguintes faculdades:

a) [●].

#### **Cláusula 16.<sup>a</sup>**

##### **Autorizações do concedente<sup>12</sup>**

1 — Carecem de autorização expressa do concedente a suspensão, substituição, modificação, cancelamento ou a prática de qualquer acto que afecte a eficácia dos seguintes documentos:

a) Garantias prestadas a favor do concedente;

b) [●].

2 — Os prazos de emissão, pelo concedente, de autorizações ou aprovações previstas no contrato de concessão contam-se a partir da submissão do respectivo pedido, desde que este se mostre instruído com toda a documentação que o deva acompanhar e suspendem-se com o pedido, pelo concedente, de esclarecimentos ou documentos adicionais, e até que estes sejam prestados ou entregues.

#### **Cláusula 17.<sup>a</sup>**

##### **Regulamento das tarifas<sup>13</sup>**

---

<sup>12</sup> Cláusula facultativa.

<sup>13</sup> Se aplicável em função da natureza da obra ou do serviço objecto da concessão.

1 — As tarifas mínimas e máximas pela utilização [das obras públicas ou dos serviços públicos] constam de regulamento tarifário aprovado pelo concedente, sob proposta do concessionário.

2 — A fixação dos limites tarifários tem em conta a evolução normal e previsível dos custos produtivos.

3 — O concessionário não pode cobrar quaisquer tarifas que não respeitem o regulamento tarifário.

#### **Cláusula 18.<sup>a</sup>**

##### **Acesso ao estabelecimento da concessão e aos documentos do concessionário**

1 — O concessionário deve facultar ao concedente, ou a qualquer entidade por este nomeada, livre acesso a todo o estabelecimento da concessão, bem como aos documentos relativos às instalações e actividades objecto da concessão, incluindo os registos de gestão utilizados, estando ainda obrigado a prestar, sobre todos esses elementos, os esclarecimentos que lhe sejam solicitados.

2 — O concessionário deve disponibilizar ao concedente todos os projectos, planos, plantas e outros elementos, de qualquer natureza, que se revelem necessários ou úteis ao exercício dos direitos ou ao desempenho de funções atribuídas pela lei ou pelo contrato ao concedente.

#### **Cláusula 19.<sup>a</sup>**

##### **Fiscalização pelo concedente<sup>14</sup>**

1 — Sem prejuízo do disposto nos artigos 302.º, 303.º e 305.º e 306.º do Código dos Contratos Públicos, o concedente pode ordenar a realização de ensaios, testes ou exames que permitam avaliar as condições de funcionamento e as características do equipamento, sistemas e instalações respeitantes à concessão.

---

<sup>14</sup> Cláusula facultativa (cfr. artigo 305.º do CCP).

2 — As determinações do concedente emitidas ao abrigo dos seus poderes de fiscalização são imediatamente aplicáveis e vinculam o concessionário.

#### **Cláusula 20.<sup>a</sup>**

##### **Obrigação de informação do concessionário<sup>15</sup>**

Para além do disposto nas alíneas a) e b) do artigo 414.º do Código dos Contratos Públicos, ao longo de todo o período de vigência do contrato de concessão, o concessionário obriga-se a:

a) [●].

#### **Cláusula 21.<sup>a</sup>**

##### **Reclamações dos utentes**

1 — O concessionário obriga-se a ter à disposição dos utentes do estabelecimento da concessão livros destinados ao registo de reclamações.

2 — Os livros destinados ao registo de reclamações podem ser visados periodicamente pelo concedente.

3 — O concessionário deve enviar ao concedente, com a periodicidade fixada no contrato de concessão, as reclamações registadas, acompanhadas das respostas dadas aos utentes e dos resultados das investigações e demais providências que porventura terão sido tomadas.

### **Capítulo VI**

#### **Modificações subjectivas**

#### **Cláusula 22.<sup>a</sup>**

##### **Cedência, oneração e alienação**

---

<sup>15</sup> Cláusula facultativa.

É interdito ao concessionário ceder, alienar ou por qualquer modo onerar, no todo ou em parte, a concessão ou realizar qualquer negócio jurídico que vise atingir ou tenha por efeito, mesmo que indirecto, idênticos resultados.

### **Cláusula 23.<sup>a</sup>**

#### **Cessão da posição contratual pelo concessionário<sup>16</sup>**

1 — O concessionário pode ceder a sua posição contratual no âmbito do contrato de concessão.

2 — A cessão de posição contratual referida no ponto anterior depende da apresentação pelo concessionário ao concedente dos seguintes documentos<sup>17</sup>:

a) [●].

3 — O concedente deve verificar o preenchimento, por parte do eventual subcontratado, dos seguintes requisitos<sup>18</sup>:

a) [●].

### **Cláusula 24.<sup>a</sup>**

#### **Subcontratação<sup>19</sup>**

1 — O concessionário pode recorrer à subcontratação de terceiras entidades para a execução das actividades integradas no objecto do contrato.

2 — A subcontratação de terceiros para a execução de actividades objecto do contrato depende da apresentação ao concedente dos seguintes documentos<sup>20</sup>:

a) [●].

3 — O concedente deve verificar o preenchimento, por parte do eventual subcontratado, dos seguintes requisitos<sup>21</sup>:

---

<sup>16</sup> Cláusula facultativa. Na falta de estipulação ou quando outra coisa não resultar da natureza do contrato, é admitida a cessão da posição contratual (cfr. artigo 316.º do CCP).

<sup>17</sup> Cfr. artigo 318.º, n.º 2, alínea a), do CCP.

<sup>18</sup> Cfr. artigo 318.º, n.º 2, alínea b), do CCP.

<sup>19</sup> Cláusula facultativa. Na falta de estipulação ou quando outra coisa não resultar da natureza do contrato, é admitida a subcontratação (cfr. artigo 316.º do CCP).

<sup>20</sup> Cfr. artigo 318.º, n.º 3, alínea a), do CCP.

a) [●].

4 — A contratação de terceiros ao abrigo da presente cláusula não exime o concessionário da responsabilidade pelo exacto e pontual cumprimento de qualquer das suas obrigações perante o concedente, salvo no caso de cessão parcial da posição contratual devidamente autorizada.

5 — No caso de celebração de contratos com terceiros, não são oponíveis ao concedente quaisquer pretensões, excepções ou meios de defesa que resultem das relações contratuais estabelecidas pelo concessionário com terceiras entidades.

6 — Os contratos a celebrar com terceiros não podem ter um prazo de duração ou produzir efeitos para além da vigência do contrato de concessão.

7 — Não podem ser alvo de subcontratação as seguintes prestações:

a) [●]<sup>22</sup>.

#### **Cláusula 25.<sup>a</sup>**

##### **Direito de *step in* e *step out*<sup>23</sup>**

1 — As entidades financiadoras da concessão podem intervir no contrato de concessão, com o objectivo de assegurar a continuidade das prestações objecto do mesmo, devendo assegurar o respeito pelas normas legais reguladoras da actividade subjacente às prestações em causa<sup>24</sup>.

2 — A intervenção depende de autorização do concedente, que será concedida nas seguintes condições:

a) [●].

## **Capítulo VII**

### **Remuneração do concessionário**

---

<sup>21</sup> Cfr. artigo 318.º, n.º 3, alínea b), do CCP.

<sup>22</sup> Cfr. artigo 318.º, n.º 4, do CCP.

<sup>23</sup> Cláusula facultativa (cfr. artigo 322.º do CCP).

<sup>24</sup> Cfr. artigo 322.º, n.º 3, do CCP.

## **Cláusula 26.<sup>a</sup>**

### **Remuneração do concessionário e prazo de pagamento**

- 1 — O concessionário é remunerado através de [●].
- 2 — Os pagamentos eventualmente devidos pelo concedente devem ser efectuados no prazo de [●]<sup>25</sup> dias após a entrega das respectivas facturas<sup>26</sup>.

## **Cláusula 27.<sup>a</sup>**

### **Revisão de preços<sup>27</sup>**

- 1 — Os preços previstos no contrato podem ser revistos nas seguintes situações:
  - a) [●].
- 2 — A revisão de preços dá-se nos seguintes termos:
  - a) [●].
- 3 — A revisão de preços é calculada de acordo com a seguinte fórmula:  
[●].
- 4 — A periodicidade da revisão de preços é de [●].

## **Cláusula 28.<sup>a</sup>**

### **Reposição do equilíbrio financeiro<sup>28</sup>**

- 1 — Sem prejuízo dos casos especialmente previstos na lei, o concessionário tem direito à reposição do equilíbrio financeiro da concessão nos seguintes casos:
  - a) [●].
- 2 — A reposição do equilíbrio financeiro é efectuada através de [●]<sup>29</sup>.
- 3 — O valor da reposição corresponde a [●] e é calculado em função de [●]<sup>30</sup>.

---

<sup>25</sup> O prazo nunca pode exceder, em qualquer caso, 60 dias (cfr. artigo 299.º, n.º 2, CCP).

<sup>26</sup> Cláusula facultativa. Caso nada se disponha, o prazo será de 30 dias (cfr. artigo 299.º, n.º 1 e 2, do CCP).

<sup>27</sup> Cláusula facultativa (cfr. artigo 300.º do CCP).

<sup>28</sup> Cláusula supletiva.

<sup>29</sup> Cfr. artigo 282.º, n.º 3, do CCP.

<sup>30</sup> Cfr. artigo 282.º, n.º 5, do CCP.

## **Capítulo VIII**

### **Projectos de investigação e desenvolvimento<sup>31</sup>**

#### **Cláusula 29.<sup>a</sup>**

##### **Obrigação de elaborar projectos de investigação e desenvolvimento**

1 — O concessionário obriga-se, através de si ou de uma entidade terceira, a elaborar e a executar um ou mais projectos de investigação e desenvolvimento, nos termos da proposta adjudicada, de valor correspondente a, pelo menos, [●]% <sup>32</sup> do preço contratual.

2 — Os projectos a que se refere o número anterior devem estar directamente relacionados com as prestações que constituem o objecto do contrato de concessão e devem ser concretizados no território nacional.

3 — Para os efeitos do n.º 1, deve ser celebrado um contrato que regule a elaboração e execução dos projectos de investigação e desenvolvimento, na data da assinatura do contrato de concessão.

#### **Cláusula 30.<sup>a</sup>**

##### **Acessoriedade do contrato de projecto de investigação e desenvolvimento**

1 — O contrato a que se refere a cláusula anterior, extingue-se em caso de extinção do contrato de concessão, por forma diferente do cumprimento.

2 — Quando a extinção do contrato de concessão, por forma diferente do cumprimento, for apenas parcial, esta implica apenas uma redução

---

<sup>31</sup> De acordo com o disposto no n.º 7 do artigo 42.º do Código dos Contratos Públicos, este capítulo apenas é aplicável quando o valor do contrato for igual ou superior a € 25 000 000.

<sup>32</sup> A designar no caderno de encargos específico, em conformidade com o disposto nos n.ºs 7 e 8 do artigo 42.º do Código dos Contratos Públicos.

proporcional da obrigação de elaboração e execução dos projectos de investigação e desenvolvimento.

## **Capítulo IX**

### **Garantias do cumprimento das obrigações do concessionário**

#### **Cláusula 31.<sup>a</sup>**

##### **Garantias a prestar no âmbito do contrato**

1 — Para garantir o exacto e pontual cumprimento das suas obrigações, incluindo as relativas ao pagamento das penalidades contratuais, o concessionário presta uma caução correspondente a [●]<sup>33</sup>.

2 — Se o concessionário não cumprir as suas obrigações, o concedente pode considerar perdida a seu favor a caução prestada, independentemente de decisão judicial, nos termos do artigo 296.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O concedente obriga-se a promover a liberação da caução nos seguintes termos: [●]<sup>34</sup>.

#### **Cláusula 32.<sup>a</sup>**

##### **Cobertura por seguros**

1 — O concessionário deve assegurar a existência e a manutenção em vigor das apólices de seguro necessárias para garantir uma efectiva e compreensiva cobertura dos riscos da concessão por seguradoras aceites pelo concedente ou enumeradas em anexo ao contrato de concessão.

2 — Constitui estrita obrigação do concessionário a manutenção em vigor das apólices que constam em anexo ao contrato de concessão, nomeadamente através do pagamento atempado dos respectivos prémios, pelo valor que lhe seja debitado pelas seguradoras.

---

<sup>33</sup> O CCP estabelece o valor de 5% do preço total do contrato ou outro valor fixado nos termos do artigo 89.º do CCP.

<sup>34</sup> Cfr. artigo 295.º, n.º 2 a 7, do CCP.



**Capítulo X**  
**Responsabilidade extracontratual perante terceiros**

**Cláusula 33.<sup>a</sup>**

**Pela culpa e pelo risco**

O concessionário responde, nos termos da lei geral, por quaisquer prejuízos causados no exercício das actividades que constituem o objecto da concessão, pela culpa ou pelo risco.

**Cláusula 34.<sup>a</sup>**

**Por prejuízos causados por entidades contratadas**

1 — O concessionário responde ainda, nos termos gerais da relação comitente-comissário, pelos prejuízos causados por entidades por si contratadas para o desenvolvimento de actividades compreendidas na concessão.

2 — Constitui especial dever do concessionário garantir e exigir a qualquer entidade com que venha a contratar que promova as medidas necessárias para salvaguarda da integridade dos utentes e do pessoal afecto à concessão, devendo ainda cumprir e zelar pelo cumprimento dos regulamentos de higiene e segurança em vigor.

**Capítulo XI**  
**Incumprimento do contrato**

**Cláusula 35.<sup>a</sup>**

### **Multas contratuais<sup>35</sup>**

1 — Sem prejuízo da possibilidade de sequestro ou rescisão da concessão, o concedente pode, com observância do procedimento previsto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 325.º do Código dos Contratos Públicos, aplicar multas em caso de incumprimento pelo concessionário das suas obrigações, incluindo as resultantes de determinações do concedente emitidas nos termos da lei ou do contrato.

2 — O montante das multas contratuais varia, em função da gravidade da falta e do grau de culpa, entre [●] e [●].

3 — Se o concessionário não proceder ao pagamento voluntário das multas contratuais que lhe forem aplicadas no prazo de [●], o concedente pode utilizar a caução para pagamento das mesmas.

## **Capítulo XII**

### **Extinção e suspensão da concessão**

#### **Cláusula 36.<sup>a</sup>**

##### **Resgate**

1 — O concedente pode resgatar a concessão, por razões de interesse público, após o decurso do prazo [●] de vigência do contrato<sup>36</sup>.

2 — O resgate é notificado ao concessionário com pelo menos [●] meses de antecedência<sup>37</sup>.

3 — Em caso de resgate, o concessionário tem direito a receber do concedente, a título de indemnização, uma quantia correspondente [●]<sup>38</sup>.

---

<sup>35</sup> Cláusula facultativa.

<sup>36</sup> Cláusula facultativa. No caso de o contrato nada dispor sobre a matéria, o concedente pode resgatar a concessão desde que decorrido um terço do prazo de vigência do contrato, sendo o resgate notificado ao concessionário com pelo menos seis meses de antecedência (cfr. artigo 422.º, n.º 1 e 2, do CCP).

<sup>37</sup> Cláusula facultativa. No caso de o contrato nada dispor sobre a matéria, o concedente pode resgatar a concessão desde que decorrido um terço do prazo de vigência do contrato, sendo o resgate notificado ao concessionário com pelo menos seis meses de antecedência (cfr. artigo 422.º, n.º 1 e 2, do CCP).

4 — O resgate determina a obrigação de o concessionário entregar ao concedente os seguintes bens:

a) [●].

#### **Cláusula 37.<sup>a</sup>**

##### **Sequestro**

1 — Em caso de incumprimento grave pelo concessionário das suas obrigações, o concedente pode, mediante sequestro, tomar a seu cargo o desenvolvimento de qualquer das actividades integradas na concessão ou assumir a exploração dos serviços desta.

2 — O sequestro pode ter lugar, nomeadamente, caso se verifique qualquer das seguintes situações, por motivos imputáveis ao concessionário:

a) [●]<sup>39</sup>.

#### **Cláusula 38.<sup>a</sup>**

##### **Resolução pelo concedente**

1 — O concedente pode resolver o contrato de concessão nos seguintes casos:

a) Abandono da manutenção, conservação ou exploração da concessão;

b) [●].

2 — A resolução da concessão deve ser previamente notificada por escrito ao titular do direito de *step in* e *step out*, para que este possa, querendo, exercer esse direito, nos termos e para os efeitos do estabelecido no contrato de concessão.

3 — Sem prejuízo da observância do procedimento previsto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 325.º do Código dos Contratos Públicos, a notificação ao concessionário da decisão de resolução produz efeitos imediatos, independentemente de qualquer outra formalidade.

---

<sup>38</sup> Cláusula facultativa. No caso de o contrato não dispor sobre a matéria, a indemnização é determinada nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 566.º do Código Civil (cfr. artigo 422.º, n.º 6, do CCP).

<sup>39</sup> Cfr. n.º 2 do artigo 421.º do Código dos Contratos Públicos.

### **Cláusula 39.<sup>a</sup>**

#### **Caducidade**

1 — O decurso do prazo da concessão determina a extinção do contrato de concessão.

2 — O concedente não é responsável pelos efeitos da caducidade do contrato de concessão nas relações contratuais estabelecidas entre o concessionário e terceiros.

### **Cláusula 40.<sup>a</sup>**

#### **Domínio público do Estado e reversão de bens**

1 — No termo da concessão, reverterem gratuita e automaticamente para o concedente todos os bens e direitos que integram a concessão livres de quaisquer ónus ou encargos, obrigando-se o concessionário a entregá-los em bom estado de conservação e funcionamento, sem prejuízo do normal desgaste do seu uso.

2 — Caso o concessionário não dê cumprimento ao disposto no número anterior, o concedente promove a realização dos trabalhos e aquisições que sejam necessários à reposição dos bens aí referidos, correndo os respectivos custos pelo concessionário e podendo ser utilizada a caução para os liquidar no caso de não ocorrer pagamento voluntário e atempado dos montantes debitados pelo concedente.

3 — Os bens referidos no n.º 4 da cláusula 3.<sup>a</sup> são transferidos para o concedente, nos termos do contrato de concessão, livres de quaisquer ónus ou encargos, no termo do prazo de vigência do contrato.

### **Cláusula 41.<sup>a</sup>**

#### **Direitos de propriedade industrial e intelectual**

1 — O concessionário cede gratuitamente ao concedente todos os projectos, planos, plantas, documentos e outros materiais, de qualquer natureza, que se revelem necessários ao desempenho das funções que a este

incumbem nos termos do contrato de concessão, ou ao exercício dos direitos que lhe assistem nos termos do mesmo, e que tenham sido especificamente adquiridos ou criados no desenvolvimento das actividades integradas na concessão, seja directamente pelo concessionário seja pelos terceiros que para o efeito subcontratar.

2 — Os direitos de propriedade intelectual sobre os estudos e projectos elaborados para os fins específicos do desenvolvimento das actividades integradas na concessão e, bem assim, os projectos, planos, plantas, documentos e outros materiais referidos no ponto anterior serão transmitidos gratuitamente e em regime de exclusividade ao concedente no fim do prazo da concessão, competindo ao concessionário adoptar todas as medidas para o efeito necessárias.

**TÍTULO II**  
**CONCESSÃO DE OBRAS PÚBLICAS E CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS**

**Capítulo I**  
**Concessão de obras públicas**

**Cláusula 42.<sup>a</sup>**

**Concepção, projecto e construção da obra**

O concessionário é responsável pelo financiamento, concepção, projecto, construção, exploração e conservação da obra objecto da concessão, nos termos do contrato de concessão.

**Cláusula 43.<sup>a</sup>**

**Início da construção**

A construção da obra deve obrigatoriamente ter início até [●] após a assinatura do contrato de concessão.

**Cláusula 44.<sup>a</sup>**

**Execução da obra**

A data limite para o início de exploração da obra é [●]

**Cláusula 45.<sup>a</sup>**

**Estudos e projectos**

1 — O concessionário promoverá, por sua conta e inteira responsabilidade, e com o acompanhamento do concedente, a realização dos estudos e projectos relativos à obra concedida.

2 — Os estudos e projectos apresentados pelo concessionário deverão:

- a)* Ser acompanhados de todas as autorizações necessárias, emitidas pelas autoridades competentes;
- b)* Respeitar as normas legais aplicáveis e o contrato de concessão;
- c)* [●].

#### **Cláusula 46.<sup>a</sup>**

##### **Programa de trabalhos**

O programa de trabalhos estabelece, designadamente, as datas em que o concessionário se compromete a apresentar os estudos e os projectos, bem como a iniciar e a concluir as obras.

#### **Cláusula 47.<sup>a</sup>**

##### **Responsabilidade do concessionário pela qualidade da obra**

O concessionário garante ao concedente a qualidade da concepção do projecto e da execução da construção e conservação da obra, responsabilizando-se pela sua durabilidade, em permanentes e plenas condições de funcionamento, e operacionalidade, ao longo de todo o período da concessão.

#### **Cláusula 48.<sup>a</sup>**

##### **Entrada em serviço da obra**

1 — O concessionário deve, após a conclusão dos trabalhos, solicitar, com um pré-aviso de [●] dias relativamente à data pretendida, a realização da respectiva vistoria, a efectuar, conjuntamente, por representantes do concedente e por representantes do concessionário.

2 — Da vistoria a que se refere o número anterior é lavrado auto assinado por representantes do concedente e do concessionário.

3 — O início de exploração da obra só pode ter lugar quando o auto referido no ponto anterior seja favorável e estejam asseguradas as restantes condições previstas no contrato de concessão.

#### **Cláusula 49.<sup>a</sup>**

##### **Zonas de exploração comercial<sup>40</sup>**

1 — A presente obra inclui, para além dos espaços que a integram por natureza, as seguintes zonas de exploração comercial:

a) [●].

---

<sup>40</sup> Clausula facultativa (cfr. artigo 428.º, n.º 1, do CCP).

2 — As zonas de exploração comercial serão construídas de acordo com os respectivos projectos, apresentados pelo concessionário e aprovados pelo concedente, que devem prever e justificar todas as infra-estruturas e instalações que as integram.

3 — As zonas de exploração comercial a estabelecer devem:

a) [●].

4 — O concessionário pode subconceder ou por qualquer outra forma contratar com quaisquer terceiros as actividades de exploração das zonas de exploração comercial, ou parte delas, nos termos gerais estabelecidos no contrato de concessão.

5 — Independentemente da atribuição da exploração a terceiros das zonas de exploração comercial, o concessionário mantém os direitos e continua adstrito às obrigações por si assumidas, sendo o único responsável, perante o concedente, pelo seu cumprimento.

6 — O decurso do prazo da concessão determina a extinção automática de quaisquer contratos celebrados entre o concessionário e terceiros relativos às zonas de exploração comercial.

7 — Em caso de resgate ou resolução sancionatória da concessão, o concedente assume os direitos e obrigações emergentes dos contratos referidos no ponto anterior que estejam em vigor, à data do resgate ou da resolução, salvo estipulação contratual em contrário.

#### **Cláusula 50.<sup>a</sup>**

##### **Expropriações<sup>41</sup>**

1 — São de utilidade pública todas as expropriações a realizar que se revelem necessárias para a execução da obra, bem como para a constituição das servidões e para a ocupação de prédios necessários à execução dos trabalhos.

2 — A promoção dos procedimentos administrativos para a realização de quaisquer expropriações referidas no ponto anterior incumbe, por regra, ao concedente<sup>42</sup>.

---

<sup>41</sup> Cláusula facultativa (cfr. 409.º, n.º 2, alínea a), do CCP).



3 — Em concreto, compete ao concessionário:

a) A prática dos actos que individualizem, caracterizem e identifiquem os bens a expropriar;

b) [●].

## **Capítulo II**

### **Concessão de serviços públicos**

#### **Cláusula 51.<sup>a</sup>**

##### **Regime de exploração**

1 — O estabelecimento da concessão é explorado em regime de serviço público, de forma regular, contínua e eficiente, nos termos fixados no contrato de concessão e em conformidade com as disposições legais aplicáveis.

2 — O concessionário deve adoptar, para efeitos do ponto anterior, os melhores padrões de qualidade disponíveis, nos termos previstos no contrato de concessão.

3 — O regime de serviço público determina que o acesso ao estabelecimento da concessão, bem como o uso dos respectivos serviços e equipamentos, só pode ser recusado ou retirado a quem não satisfaça ou viole as disposições legais aplicáveis, salvo estipulação contratual em contrário.

4 — O concessionário não pode, em qualquer circunstância, discriminar ou estabelecer diferenças de tratamento entre utentes, nos termos previstos nas disposições legais aplicáveis e no contrato de concessão.

5 — Caso o objecto da concessão envolva a realização de obras, aplicar-se-á o disposto no Capítulo I do Título II, com as devidas adaptações.

---

<sup>42</sup> No caso de não disposição expressa, a responsabilidade incumbe sobre o concessionário (cfr. artigo 351.º, n.º 2, do CCP).

**TÍTULO III**  
**RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS<sup>43</sup>**

**Cláusula 52.<sup>a</sup>**

**Foro Competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo de círculo de [●], com expressa renúncia a qualquer outro.

OU

**Cláusula 50.<sup>a</sup>**

**Arbitragem**

1 — Quaisquer litígios relativos, designadamente, à interpretação, execução, incumprimento, invalidade ou resolução do contrato devem ser dirimidos por tribunal arbitral, devendo, nesse caso, ser observadas as seguintes regras:

*a)* Sem prejuízo do disposto nas alíneas *b)* a *d)*, a arbitragem far-se-á de acordo com as regras processuais propostas pelos árbitros;

*b)* O Tribunal Arbitral tem sede em [●] e é composto por três árbitros;

*c)* O contraente público designa um árbitro, o prestador de serviços designa um outro árbitro e o terceiro, que preside, é cooptado pelos dois designados;

*d)* No caso de alguma das partes não designar árbitro ou no caso de os árbitros designados pelas partes não acordarem na escolha do árbitro-presidente, deve este ser designado pelo Presidente do Tribunal Central Administrativo.

2 — O tribunal arbitral decide segundo o direito constituído e da sua decisão não cabe recurso.

---

<sup>43</sup> Este capítulo contém, em alternativa, uma disposição atributiva da competência territorial e uma cláusula arbitral, sendo ambas de inclusão facultativa.

**TÍTULO IV**  
**DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Cláusula 53.<sup>a</sup>**

**Comunicações e notificações**

1 — Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 — Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato devem ser comunicadas à outra parte.

**Cláusula 54.<sup>a</sup>**

**Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

**Cláusula 55.<sup>a</sup>**

**Legislação aplicável**

O contrato é regulado pela legislação portuguesa, em particular pelo Código dos Contratos Públicos.

**FORMULÁRIO DE CADERNO DE ENCARGOS RELATIVO A  
CONTRATOS DE EMPREITADA DE OBRAS PÚBLICAS  
(alínea a) do artigo 46.º do Código dos Contratos Públicos)**

Portaria n.º [...] / 2008  
de [...] de [...]

O Código dos Contratos Públicos prevê a publicação, através de portaria, do formulário de caderno de encargos que sirva de base aos procedimentos de formação de contratos de empreitada de obras públicas.

Com vista à salvaguarda do princípio da liberdade contratual, a utilização deste formulário não é obrigatória, devendo o mesmo ser entendido como um guia orientador, para efeitos de auxílio à entidade adjudicante.

Assim:

Manda o Governo, através do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, ao abrigo do disposto na alínea a) do artigo 46.º do Código dos Contratos Públicos, o seguinte:

**Artigo 1.º**

**Objecto**

1 - É aprovado o formulário de caderno de encargos relativo a contratos de empreitada de obras públicas.

2 - O formulário a que se refere o número anterior não tem carácter vinculativo e constitui uma linha de orientação para auxílio às entidades adjudicantes.

**Artigo 2.º**

### **Revogação**

É revogada a portaria n.º 104/2001, de 21 de Fevereiro.

### **Artigo 3.º**

#### **Entrada em vigor**

A presente portaria entra em vigor na data de entrada em vigor do Código dos Contratos Públicos.

## **ANEXO**

### **FORMULÁRIO DE CADERNO DE ENCARGOS RELATIVO A CONTRATOS DE EMPREITADA DE OBRAS PÚBLICAS**

#### **Nota:**

Encontram-se assinalados com a indicação «\*fac» todos as Cláusulas/números/alíneas facultativos

### **Capítulo I**

#### **Disposições iniciais**

#### **Cláusula 1.<sup>a</sup>**

##### **Objecto**

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no Contrato a celebrar no âmbito do concurso para a realização de uma empreitada de \_\_\_\_\_ [a identificar o objecto do contrato].

## Cláusula 2.<sup>a</sup>

### Disposições por que se rege a empreitada

#### 1. A execução do Contrato obedece:

- a) Às cláusulas do Contrato e o estabelecido em todos os elementos e documentos que dele fazem parte integrante;
- b) Ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro (Código dos Contratos Públicos, doravante “CCP”);
- c) Ao Decreto-Lei n.º 41821, de 11 de Agosto de 1958 (Regulamento de Segurança no Trabalho da Construção Civil);
- d) Ao Decreto n.º 46427, de 10 de Julho de 1965 (Regulamento das Instalações Provisórias Destinadas ao Pessoal Empregado nas Obras);
- e) À restante legislação e regulamentação aplicável, nomeadamente a que respeita à construção, à revisão de preços, às instalações do pessoal, à segurança social, ao desemprego, à higiene, segurança, prevenção e medicina no trabalho e à responsabilidade civil perante terceiros;
- f) Às regras da arte.

#### 2. Para efeitos do disposto na alínea a) do número anterior, consideram-se integrados no Contrato:

- a) O clausulado contratual, incluindo os ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo Código [*alínea não aplicável se o contrato não for reduzido a escrito nos termos da alínea d) do n.º 1 e dos n.ºs 2 a 4 do artigo 95.º do CCP*];

- b) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que tais erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 61.º do CCP;
- c) Os esclarecimentos e as rectificações relativos ao caderno de encargos;
- d) O caderno de encargos;
- e) O projecto;
- f) A proposta adjudicada;
- g) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo empreiteiro;
- h) Todos os outros documentos que sejam referidos no clausulado contratual ou no caderno de encargos.

3. O director de fiscalização da obra pode, em qualquer momento, exigir do empreiteiro a comprovação do cumprimento das disposições regulamentares e normativas aplicáveis.

### Cláusula 3.<sup>a</sup>

#### **Interpretação dos documentos que regem a empreitada**

1. No caso de existirem divergências entre os vários documentos que integram o Contrato, prevalecem os documentos pela ordem em que são indicados no n.º 2 da cláusula anterior.

2. Em caso de conflito entre o caderno de encargos e o projecto, prevalece o primeiro quanto à definição das condições jurídicas e técnicas de execução da empreitada e o segundo em tudo o que respeita à definição da própria obra.

3. No caso de divergência entre as várias peças do projecto:

- a) As peças desenhadas prevalecem sobre todas as outras quanto à localização, às características dimensionais da obra e à disposição relativa das suas diferentes partes;
- b) As folhas de medições discriminadas e referenciadas e os respectivos mapas resumo de quantidades de trabalhos prevalecem sobre quaisquer outras no que se refere à natureza e quantidade dos trabalhos, sem prejuízo do disposto nos artigos 50.º e 61.º do CCP;
- c) Em tudo o mais prevalece o que constar da memória descritiva e restantes peças do projecto.

#### Cláusula 4.<sup>a</sup>

##### **Esclarecimento de dúvidas na interpretação dos documentos que regem a empreitada**

1. As dúvidas que o empreiteiro tenha na interpretação dos documentos por que se rege a empreitada devem ser submetidas ao director de fiscalização da obra antes de se iniciar a execução do trabalho sobre o qual elas recaiam.

2. No caso de as dúvidas ocorrerem somente após o início da execução dos trabalhos a que dizem respeito, deve o empreiteiro submetê-las imediatamente ao director de fiscalização da obra, juntamente com os motivos justificativos da sua não apresentação antes do início daquela execução.

3. A falta de cumprimento do disposto no número anterior torna o empreiteiro responsável por todas as consequências da errada interpretação que porventura haja feito, incluindo a demolição e reconstrução das partes da



obra em que o erro se tenha reflectido.

#### Cláusula 5.<sup>a</sup>

##### **Projecto**

1. O projecto a considerar para a realização da empreitada é o patenteado no procedimento.

*[OU, no caso de no programa do procedimento ou no caderno de encargos ser determinada a elaboração do projecto de execução::]* O projecto apresentado pelo empreiteiro, e aceite pelo dono da obra, constitui o projecto a considerar para a realização da empreitada.

*[OU, no caso de no programa do procedimento ou no caderno de encargos ser admitida a apresentação de variantes pelos concorrentes:]* As variantes ao projecto apresentadas pelo empreiteiro, e aceites pelo dono da obra, substituem o projecto patenteado na parte a que dizem respeito.

2. O autor do projecto deve prestar a necessária assistência técnica ao dono da obra, tanto na fase de procedimento e adjudicação como na fase de execução da obra *[apenas no caso de o projecto de execução ser elaborado pelo empreiteiro]*.

3. A elaboração do projecto de execução *[OU: a elaboração das variantes ao projecto]* obedece aos requisitos constantes do artigo 43.º do CCP *[aplicável apenas no caso de caber ao empreiteiro a elaboração do projecto de execução ou ao caso de ser admitida a apresentação de projecto variante]*.

4. Os elementos do projecto que não tenham sido patenteados no procedimento devem ser submetidos à aprovação do dono da obra e ser sempre assinados pelos seus autores, que devem possuir para o efeito, nos termos da lei, as adequadas qualificações académicas e profissionais.

5. Salvo disposição em contrário, compete ao empreiteiro a elaboração

dos desenhos, pormenores e peças desenhadas do projecto previstos na alínea f) do n.º 4 da cláusula 29.<sup>a</sup> [*se o dono da obra assim o pretender*], bem como dos desenhos correspondentes às alterações surgidas no decorrer da obra.

6. No final da execução do Contrato, o empreiteiro entrega ao dono da obra uma colecção actualizada de todos estes desenhos, elaborados em transparentes sensibilizados de material indeformável e inalterável com o tempo, ou através de outros meios, desde que aceites pelo dono da obra.

#### Cláusula 6.<sup>a</sup>

##### **Subempreitadas**

1. A responsabilidade pelo exacto e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais é do empreiteiro, independentemente do agente executor, salvo no caso de cessão parcial da posição contratual devidamente autorizada.

2. O dono da obra apenas pode recusar a subcontratação no Contrato ou negar a sua autorização na fase de execução quando não estejam verificados os limites constantes dos artigos 317.º e 383.º do CCP, quando o subcontratado não se encontre habilitado ou reúna as capacidades técnica e financeira exigidas ou quando haja fundado receio de que a subcontratação envolva um aumento de risco de incumprimento das obrigações emergentes do Contrato.

3. Todos os subcontratos devem ser celebrados por escrito, a elaborar nos termos do artigo 384.º do CCP, devendo ser especificados os trabalhos a realizar e expresso o que for acordado quanto à revisão de preços.

4. O empreiteiro obriga-se a tomar as providências indicadas pelo

director de fiscalização da obra por forma a que este, em qualquer momento, possa distinguir o pessoal do empreiteiro do pessoal dos subempreiteiros presentes na obra.

5. O disposto nos números anteriores é igualmente aplicável aos contratos celebrados entre os subcontratados e terceiros.

6. Nos termos do n.º 3 do artigo 385.º do CCP, o empreiteiro deve, no prazo de cinco dias após a celebração de cada contrato de subempreitada, comunicar esse facto ao dono da obra, remetendo-lhe cópia do contrato em causa.

#### Cláusula 7.<sup>a</sup>

##### **Execução simultânea de outros trabalhos no local da obra**

1. O dono da obra reserva-se o direito de executar ele próprio ou de mandar executar por outrem, conjuntamente com os da presente empreitada e na mesma obra, quaisquer trabalhos não incluídos no Contrato, ainda que sejam de natureza idêntica à dos contratados.

2. Os trabalhos referidos no número anterior são executados em colaboração com o director de fiscalização da obra, de modo a evitar atrasos na execução do Contrato ou outros prejuízos.

3. Quando o empreiteiro considere que a normal execução da empreitada está a ser impedida ou a sofrer atrasos em virtude da realização simultânea dos trabalhos previstos no n.º 1, deve apresentar a sua reclamação no prazo de cinco dias a contar da data da ocorrência, a fim de serem adoptadas as providências adequadas à diminuição ou eliminação dos prejuízos resultantes da realização daqueles trabalhos.

4. No caso de verificação de atrasos na execução da obra ou outros

prejuízos resultantes da realização dos trabalhos previstos no n.º 1, o empreiteiro tem direito:

- a) À prorrogação do prazo do Contrato por período correspondente ao do atraso eventualmente verificado na realização da obra em consequência da suspensão ou do abrandamento do ritmo de execução dos trabalhos;
- b) À indemnização dos prejuízos que demonstre ter sofrido.

#### Cláusula 8.<sup>a</sup>

##### **Actos e direitos de terceiros**

1. Sempre que o empreiteiro sofra atrasos na execução da obra em virtude de qualquer facto imputável a terceiros, deve, no prazo de oito dias a contar da data em que tome conhecimento da ocorrência, informar, por escrito, o director de fiscalização da obra, a fim de o dono da obra ficar habilitado a tomar as providências necessárias para diminuir ou recuperar tais atrasos.

2. No caso de os trabalhos a executar pelo empreiteiro serem susceptíveis de provocar prejuízos ou perturbações a um serviço de utilidade pública, o empreiteiro, se disso tiver ou dever ter conhecimento, comunica, antes do início dos trabalhos em causa, ou no decorrer destes, esse facto ao director de fiscalização da obra, para que este possa tomar as providências que julgue necessárias perante a entidade concessionária ou exploradora daquele serviço.

#### Capítulo II

##### **Obrigações do empreiteiro**

## Secção I

### Preparação e planeamento dos trabalhos

#### Cláusula 9.<sup>a</sup>

#### Preparação e planeamento da execução da obra

##### 1. O empreiteiro é responsável:

- a) Perante o dono da obra pela preparação, planeamento e coordenação de todos os trabalhos da empreitada, ainda que em caso de subcontratação, bem como pela preparação, planeamento e execução dos trabalhos necessários à aplicação, em geral, das normas sobre segurança, higiene e saúde no trabalho vigentes e, em particular, das medidas consignadas no Plano de Segurança e Saúde, da responsabilidade do dono da obra, elaborado na fase de projecto e já patenteado em procedimento;
- b) Perante as entidades fiscalizadoras, pela preparação, planeamento e coordenação dos trabalhos necessários à aplicação das medidas sobre segurança, higiene e saúde no trabalho em vigor, bem como pela aplicação do documento indicado na alínea i) do n.º 4 da cláusula 29.<sup>a</sup>.

2. A disponibilização e o fornecimento de todos os meios necessários para a realização da obra e dos trabalhos preparatórios ou acessórios, incluindo os materiais e os meios humanos, técnicos e equipamentos, compete ao \_\_\_\_\_[ *indicar expressamente se a responsabilidade incumbe ao empreiteiro ou ao dono da obra*]<sup>1</sup>.

3. O empreiteiro realiza todos os trabalhos que, por natureza, por exigência legal ou segundo o uso corrente, sejam considerados como

---

<sup>1</sup> Nos termos do artigo 349.º do Código dos Contratos Públicos, na falta de estipulação, a responsabilidade cabe ao empreiteiro.

preparatórios ou acessórios à execução da obra, designadamente: *[indicar expressamente qualquer caso em que a realização de parte dos trabalhos caiba ao dono da obra]*

- a) Trabalhos de montagem, construção, manutenção, desmontagem e demolição do estaleiro;
- b) Trabalhos necessários para garantir a segurança de todas as pessoas que trabalhem na obra ou que circulem no respectivo local, incluindo o pessoal dos subempreiteiros e terceiros em geral, para evitar danos nos prédios vizinhos e para satisfazer os regulamentos de segurança, higiene e saúde no trabalho e de polícia das vias públicas;
- c) Trabalhos de restabelecimento, por meio de obras provisórias, de todas as servidões e serventias que seja indispensável alterar ou destruir para a execução dos trabalhos e para evitar a estagnação de águas que os mesmos possam originar;
- d) Trabalhos de construção dos acessos ao estaleiro e das serventias internas deste.

4. A preparação e o planeamento da execução da obra compreendem ainda:

- a) A apresentação pelo empreiteiro ao dono da obra de quaisquer dúvidas relativas aos materiais, aos métodos e às técnicas a utilizar na execução da empreitada;
- b) O esclarecimento dessas dúvidas pelo dono da obra;
- c) A apresentação pelo empreiteiro de reclamações relativamente a erros e omissões do projecto, nos termos previstos no n.º 4 do artigo 378.º do CCP;
- d) A apreciação e decisão do dono da obra das reclamações a que

se refere a alínea c);

- e) O estudo e definição pelo empreiteiro dos processos de construção a adoptar na realização dos trabalhos;
- f) A apresentação pelo empreiteiro dos seguintes desenhos de construção, pormenores de execução e elementos do projecto:
  - \_\_\_\_\_;
  - \_\_\_\_\_ [*indicar, se aplicável*];
- g) A elaboração e apresentação pelo empreiteiro dos planos definitivos de trabalhos e de pagamentos;
- h) A aprovação pelo dono da obra dos documentos referidos nas alíneas f) e g);
- i) A elaboração de documento do qual conste o desenvolvimento prático do plano de segurança e saúde, devendo analisar, desenvolver e complementar as medidas aí previstas, em função do sistema utilizado para a execução da obra, em particular as tecnologias e a organização de trabalhos utilizados pelo empreiteiro.

#### Cláusula 10.<sup>a</sup>

##### **Plano de trabalhos e plano de pagamentos**

1. No prazo de [●] a contar da data da celebração do Contrato [*indicar prazo que não exceda o prazo para a conclusão da consignação total ou da primeira consignação parcial*], deve o empreiteiro apresentar, nos termos e para os efeitos dos artigos 361.º do CCP, o plano definitivo de trabalhos e o respectivo plano de pagamentos, observando na sua elaboração a metodologia fixada neste caderno de encargos.

2. O plano de trabalhos deve, nomeadamente:

- a) Definir com precisão as datas de início e de conclusão da empreitada, bem como a sequência, o escalonamento no tempo, o intervalo e o ritmo de execução das diversas espécies de trabalho, distinguindo as fases que porventura se considerem vinculativas e a unidade de tempo que serve de base à programação;
- b) Indicar as quantidades e a qualificação profissional da mão-de-obra necessária, em cada unidade de tempo, à execução da empreitada;
- c) Indicar as quantidades e a natureza do equipamento necessário, em cada unidade de tempo, à execução da empreitada;
- d) Especificar quaisquer outros recursos, exigidos ou não neste caderno de encargos, que serão mobilizados para a realização da obra.

3. O plano de trabalhos deve também especificar os prazos dentro dos quais se devem realizar as consignações parciais, para não se verificarem interrupções ou abrandamentos no ritmo de execução da empreitada [*aplicável apenas a empreitadas em que estejam previstas consignações parciais*].

4. O plano de pagamentos deve conter a previsão, quantificada e escalonada no tempo, do valor dos trabalhos a realizar pelo empreiteiro, na periodicidade definida para os pagamentos a efectuar pelo dono da obra, de acordo com o plano de trabalhos a que diga respeito.



#### Cláusula 11.<sup>a</sup>

##### **Modificação do plano de trabalhos e do plano de pagamentos**

1. O dono da obra pode alterar em qualquer momento o plano de trabalhos em vigor, ficando o empreiteiro com direito a ser indemnizado dos danos sofridos em consequência dessa alteração, mediante requerimento a apresentar nos dez dias subsequentes à data em que aquela lhe haja sido notificada.

2. O empreiteiro pode, em qualquer momento, propor modificações ao plano de trabalhos ou apresentar outro para substituir o vigente, justificando a sua proposta, sendo a modificação ou o novo plano aceites desde que deles não resulte prejuízo para a obra ou prorrogação dos prazos de execução.

3. Em quaisquer situações em que, por facto não imputável ao empreiteiro e que se mostre devidamente justificado, se verifique a necessidade de o plano de trabalhos em vigor ser alterado, deve aquele apresentar um novo plano de trabalhos.

4. Nos casos em que o empreiteiro deva executar trabalhos de correcção de erros e omissões que prejudiquem o normal desenvolvimento do plano de trabalhos, o empreiteiro propõe ao dono da obra as modificações necessárias ao mesmo.

5. Em caso de desvio do plano de trabalhos que, injustificadamente, ponha em risco o cumprimento do prazo de execução da obra ou dos respectivos prazos parcelares, o dono da obra pode notificar o empreiteiro para apresentar, no prazo de dez dias, um plano de trabalhos modificado, adoptando as medidas de correcção que sejam necessárias à recuperação do atraso verificado.

6. Sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 373.º do CCP, o dono da obra pronuncia-se sobre as alterações propostas no prazo de quinze dias,

equivalendo a falta de pronúncia a aceitação do novo plano.

7. Sempre que o plano de trabalhos seja alterado, deve ser feito o consequente reajustamento do plano de pagamentos.

## Secção II

### Prazos

#### Cláusula 12.º

#### **Prazo de execução da empreitada**

1. O empreiteiro obriga-se a:

- a) Iniciar a execução da obra na data fixada no plano de trabalhos;
- b) Cumprir todos os prazos parcelares previstos no plano de trabalhos;

c) Concluir a execução da obra e a assegurar a realização da sua recepção provisória no prazo de \_\_\_\_\_ [*indicar prazo proposto pelo empreiteiro ou, no caso de o prazo de execução da obra não ser submetido à concorrência, indicar o prazo predefinido pelo dono da obra*] a contar da data da sua consignação.

2. No caso de se verificarem atrasos na execução de trabalhos em relação ao plano definitivo de trabalhos em vigor, o empreiteiro é obrigado, a expensas suas, a tomar todas as medidas de reforço de meios de acção e de reorganização da obra necessárias à recuperação dos atrasos e ao cumprimento do prazo de execução do Contrato.

3. Em nenhum caso serão atribuídos prémios ao empreiteiro.

*Alternativa:* Pela conclusão da execução da obra antes do prazo fixado na alínea c) do n.º 1 o dono da obra procede ao pagamento dos seguintes prémios ao empreiteiro: \_\_\_\_\_ [*indicar montante dos prémios e condições de pagamento, se for o caso*].

### Cláusula 13.<sup>a</sup>

#### **Multas por violação dos prazos contratuais**

1. No caso de atraso no início ou na conclusão da execução da obra por facto imputável ao empreiteiro, o dono da obra pode aplicar uma sanção contratual, por cada dia de atraso, em valor correspondente a [●] ‰ do preço contratual [*valor mínimo de 1‰ do preço contratual com possibilidade de o contrato prever valor elevado até ao dobro do preço contratual*].

2. Para o efeito do disposto na cláusula anterior, não se considera que o empreiteiro deu início à execução da empreitada enquanto não estiverem afectados à obra todos os meios previstos no plano de trabalhos em vigor.

3. No caso de incumprimento de prazos parciais de execução da obra por facto imputável ao empreiteiro, é aplicável o disposto no n.º 1, sendo o montante da sanção contratual aí prevista reduzido a metade [*indicar valor diferente, se for o caso*].

### Secção III

#### **Condições gerais de execução da empreitada**

### Cláusula 14.<sup>a</sup>

#### **Condições gerais de execução dos trabalhos**

1. A obra deve ser executada de acordo com as regras da arte e em perfeita conformidade com o projecto, com o presente caderno de encargos e com as demais condições técnicas contratualmente estipuladas, de modo a assegurarem-se as características de resistência, durabilidade e funcionamento especificadas nos mesmos documentos.

2. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, no tocante às técnicas construtivas a adoptar, fica o empreiteiro obrigado a seguir, no que seja

aplicável aos trabalhos a realizar, o conjunto de prescrições técnicas definidas nos termos da cláusula 2.º.

3. O empreiteiro pode propor ao dono da obra a substituição dos métodos e técnicas de construção ou dos materiais previstos no presente caderno de encargos e no projecto por outros que considere preferíveis, sem prejuízo da obtenção das características finais especificadas para a obra.

#### Cláusula 15.<sup>a</sup> <sup>2</sup>

##### **Erros ou omissões do projecto e de outros documentos**

#### Cláusula 16.<sup>a</sup>

##### **Alterações ao projecto propostas pelo empreiteiro**

1. Sempre que propuser qualquer alteração ao projecto, o empreiteiro deve apresentar todos os elementos necessários à sua perfeita apreciação.

2. Os elementos referidos no número anterior devem incluir, nomeadamente, a memória ou nota descritiva e explicativa da solução seguida, com indicação das eventuais implicações nos prazos e custos e, se for caso disso, peças desenhadas e cálculos justificativos e especificações de qualidade da mesma.

#### Cláusula 17.<sup>a</sup>

##### **Menções obrigatórias no local dos trabalhos**

1. Sem prejuízo do cumprimento das obrigações decorrentes da legislação em vigor, o empreiteiro deve afixar no local dos trabalhos, de forma visível, a identificação da obra, do dono da obra e do empreiteiro, com menção do respectivo alvará ou número de título de registo ou dos documentos a que se refere a alínea *a*) do n.º 5 do artigo 81.º do CCP, e manter

---

<sup>2</sup> Cláusula em construção, com vista à sua adaptação ao CCP.

cópia dos alvarás ou títulos de registo dos subcontratados ou dos documentos previstos na referida alínea, consoante os casos.

2. O empreiteiro deve ter patente no local da obra, em bom estado de conservação, o livro de registo da obra e um exemplar do projecto, do caderno de encargos, do clausulado contratual e dos demais documentos a respeitar na execução da empreitada, com as alterações que neles hajam sido introduzidas.

3. O empreiteiro obriga-se também a ter patente no local da obra o horário de trabalho em vigor.

4. O empreiteiro obriga-se ainda a manter no local da obra, à disposição de todos os interessados, o texto dos contratos colectivos de trabalho aplicáveis.

5. Nos estaleiros de apoio da obra devem igualmente estar patentes os elementos do projecto respeitantes aos trabalhos aí em curso.

#### Cláusula 18.<sup>a</sup>

##### **Cumprimento do plano de trabalhos**

1. O empreiteiro informa mensalmente [*indicar outra periodicidade, se for o caso*] o director de fiscalização da obra dos desvios que se verifiquem entre o desenvolvimento efectivo de cada uma das espécies de trabalhos e as previsões do plano aprovado.

2. Quando os desvios assinalados pelo empreiteiro, nos termos do número anterior, não coincidirem com os reais, o director de fiscalização da obra notifica-o dos que considera existirem.

3. No caso de o empreiteiro retardar injustificadamente a execução dos trabalhos previstos no plano em vigor, de modo a pôr em risco a conclusão da obra dentro do prazo contratual, é aplicável o disposto no artigo 404.º do CCP.

## Cláusula 19.<sup>a</sup>

### **Ensaaios**

1. Os ensaios a realizar na obra ou em partes da obra para verificação das suas características e comportamentos são os especificados no presente caderno de encargos [*indicar, se for o caso, quais os ensaios que o dono da obra pretende ver realizados*] e os previstos nos regulamentos em vigor e constituem encargo do empreiteiro.

2. Quando o dono da obra tiver dúvidas sobre a qualidade dos trabalhos, pode tornar obrigatória a realização de quaisquer outros ensaios além dos previstos, acordando previamente, se necessário, com o empreiteiro sobre as regras de decisão a adoptar.

3. No caso de os resultados dos ensaios referidos no número anterior se mostrarem insatisfatórios e as deficiências encontradas forem da responsabilidade do empreiteiro, as despesas com os mesmos ensaios e com a reparação daquelas deficiências ficarão a seu cargo, sendo, no caso contrário, de conta do dono da obra.

## Cláusula 20.<sup>a</sup>

### **Patentes, licenças, marcas de fabrico ou de comércio e desenhos registados**

1. Correm inteiramente por conta do empreiteiro os encargos e responsabilidades decorrentes da utilização na execução da empreitada de materiais, de elementos de construção ou de processos de construção a que respeitem quaisquer patentes, licenças, marcas, desenhos registados e outros direitos de propriedade industrial.

2. No caso de o dono da obra ser demandado por infracção na execução dos trabalhos de qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o empreiteiro indemniza-o por todas as despesas que, em consequência, deva

suportar e por todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.

#### Cláusula 21.<sup>a</sup>

##### **Outros encargos do empreiteiro**

1. Correm inteiramente por conta do empreiteiro [*indicar, se for caso disso, os encargos do dono da obra*]:

- a) A reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos imputáveis ao empreiteiro e que não resultem da própria natureza ou concepção da obra, sejam sofridos por terceiros até à recepção definitiva dos trabalhos em consequência do modo de execução destes últimos, da actuação do pessoal do empreiteiro ou dos seus subempreiteiros e fornecedores e do deficiente comportamento ou da falta de segurança das obras, materiais, elementos de construção e equipamentos;
- b) As indemnizações devidas a terceiros pela constituição de servidões provisórias ou pela ocupação temporária de prédios particulares necessários à execução da empreitada.

2. Constituem ainda encargos do empreiteiro a celebração dos contratos de seguros indicados no presente caderno de encargos, a constituição das cauções exigidas no programa do procedimento [*quando exigíveis*] e as despesas inerentes à celebração do Contrato.

#### **Secção IV**

##### **Pessoal**

#### Cláusula 22.<sup>a</sup>

##### **Obrigações gerais**

1. São da exclusiva responsabilidade do empreiteiro as obrigações

relativas ao pessoal empregado na execução da empreitada, à sua aptidão profissional e à sua disciplina.

2. O empreiteiro deve manter a boa ordem no local dos trabalhos, devendo retirar do local dos trabalhos, por sua iniciativa ou imediatamente após ordem do dono da obra, o pessoal que haja tido comportamento perturbador dos trabalhos, designadamente por menor probidade no desempenho dos respectivos deveres, por indisciplina ou por desrespeito de representantes ou agentes do dono da obra ou de representantes ou agentes do empreiteiro, dos subempreiteiros ou de terceiros.

3. A ordem referida no número anterior deve ser fundamentada por escrito quando o empreiteiro o exija, mas sem prejuízo da imediata suspensão do pessoal.

4. As quantidades e a qualificação profissional da mão-de-obra aplicada na empreitada devem estar de acordo com as necessidades dos trabalhos, tendo em conta o respectivo plano.

#### Cláusula 23.º

##### **Horário de trabalho**

Sem prejuízo do disposto no número seguinte, o empreiteiro pode realizar trabalhos fora das horas regulamentares, ou por turnos, desde que, para o efeito, obtenha autorização da entidade competente e dê a conhecer, por escrito, com antecedência suficiente, o respectivo programa ao director de fiscalização da obra [*se tal for pretendido, estabelecer na presente cláusula restrições à realização de trabalhos fora das horas regulamentares ou por turnos*].

#### Cláusula 24.ª

##### **Segurança, higiene e saúde no trabalho**

1. O empreiteiro fica sujeito ao cumprimento das disposições legais e



regulamentares em vigor sobre segurança, higiene e saúde no trabalho relativamente a todo o pessoal empregado na obra, correndo por sua conta os encargos que resultem do cumprimento de tais obrigações.

2. O empreiteiro é ainda obrigado a acautelar, em conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, a vida e a segurança do pessoal empregado na obra e a prestar-lhe a assistência médica de que careça por motivo de acidente no trabalho.

3. No caso de negligência do empreiteiro no cumprimento das obrigações estabelecidas nos números anteriores, o director de fiscalização da obra pode tomar, à custa dele, as providências que se revelem necessárias, sem que tal facto diminua as responsabilidades do empreiteiro.

4. Antes do início dos trabalhos e, posteriormente, sempre que o director de fiscalização da obra o exija, o empreiteiro apresenta apólices de seguro contra acidentes de trabalho relativamente a todo o pessoal empregado na obra, nos termos previstos no n.º 1 do artigo 33.º.

5. O empreiteiro responde, a qualquer momento, perante o director de fiscalização da obra, pela observância das obrigações previstas nos números anteriores, relativamente a todo o pessoal empregado na obra.

## Capítulo II

### Obrigações do dono da obra

#### Cláusula 25.<sup>a</sup>

#### **Preço e condições de pagamento**

1. Pela execução da empreitada e pelo cumprimento das demais obrigações decorrentes do Contrato, deve o dono da obra pagar ao empreiteiro a quantia total de € [●] [*a preencher com o valor que constar da proposta, o qual não pode exceder os € \_\_\_\_\_ ([●] euros)*], acrescida de IVA à

taxa legal em vigor, no caso de o empreiteiro ser sujeito passivo desse imposto pela execução do Contrato.

2. Os pagamentos a efectuar pelo dono da obra têm uma periodicidade mensal, sendo o seu montante determinado por medições mensais a realizar de acordo com o disposto nos artigos 387.º e seguintes do CCP.

3. Os pagamentos são efectuados no prazo máximo de [●] dias [*limite legal de sessenta dias nos termos do artigo 299.º, n.º 2, do CCP*] após a apresentação da respectiva factura, devidamente discriminada e justificada, pelo empreiteiro.

4. As facturas e os respectivos autos de medição são elaborados de acordo com o modelo e respectivas instruções fornecidos pelo director de fiscalização da obra, não havendo lugar a qualquer pagamento sem que antes as facturas sejam por este conferidas, aceites e visadas.

5. Cada auto de medição deve referir as actividades constantes do plano de trabalhos que tenham sido concluídas durante o mês, sendo a sua aprovação pelo director de fiscalização da obra condicionada à realização completa daquelas actividades e de todos os trabalhos associados.

6. Os métodos e os critérios a adoptar para a realização das medições respeitam a seguinte ordem de prioridades [*indicar outros critérios, se for o caso*]:

- a) As normas oficiais de medição que porventura se encontrem em vigor;
- b) As normas definidas pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil;
- c) Os critérios geralmente utilizados ou, na falta deles, os que forem acordados entre o dono da obra e o empreiteiro.

7. No caso de falta de aprovação de alguma factura em virtude de divergências entre o director de fiscalização da obra e o empreiteiro quanto ao

seu conteúdo, deve aquele devolver a respectiva factura ao empreiteiro, por forma a que este elabore uma factura com os valores aceites pelo director de fiscalização da obra e uma outra com os valores por este não aprovados.

8. O pagamento dos trabalhos a mais e dos trabalhos de suprimento de erros e omissões é feito nos termos previstos nos números anteriores, mas com base nos preços que lhes forem, em cada caso, especificamente aplicáveis, nos termos do artigo 373.º do CCP.

#### Cláusula 26.<sup>a</sup>

##### **Adiantamentos ao empreiteiro**

1. O empreiteiro pode solicitar, através de pedido fundamentado ao dono da obra, um adiantamento da parte do custo da obra necessária à aquisição de materiais cuja aplicação haja sido prevista no plano de trabalhos.

2. Sem prejuízo do disposto nos artigos 292.º e 293.º do CCP, o adiantamento referido no número anterior só pode ser pago depois de o empreiteiro ter comprovado a prestação de uma caução do valor do adiantamento, através de garantia bancária autónoma, irrevogável e à primeira solicitação.

3. Todas as despesas decorrentes da prestação da caução prevista no número anterior correm por conta do empreiteiro.

4. A caução para garantia de adiantamentos de preço é progressivamente liberada à medida que forem executados os trabalhos correspondentes ao pagamento adiantado que tenha sido efectuado pelo dono da obra.

#### Cláusula 27.<sup>a</sup>

### **Descontos nos pagamentos**

**\*fac.** 1. Para reforço da caução prestada com vista a garantir o exacto e pontual cumprimento das obrigações contratuais, às importâncias que o empreiteiro tiver a receber em cada um dos pagamentos parciais previstos é deduzido o montante correspondente a [●] % desse pagamento [*indicar percentagem, salvo se se pretender dispensar tal dedução*].

**\*fac.** 2. O desconto para garantia pode, a todo o tempo, ser substituído por depósito de títulos, garantia bancária ou seguro-caução, nos mesmos termos previstos no programa do procedimento para a caução referida no número anterior.

3. O dono da obra deduz ainda nos pagamentos mensais a fazer ao empreiteiro:

- a) As importâncias necessárias ao reembolso dos adiantamentos e à liquidação das sanções contratuais que lhe tenham sido aplicadas;
- b) 0,5% para a Caixa Geral de Aposentações, nos termos da legislação aplicável;
- c) As demais quantias que sejam legalmente exigíveis.

### **Cláusula 28.<sup>a</sup>**

#### **Mora no pagamento**

1. O juro previsto na lei para a mora no pagamento das contas liquidadas e aprovadas é obrigatoriamente abonado ao empreiteiro e incide sobre a totalidade em dívida.

2. O pagamento do juro previsto na cláusula anterior deve efectuar-se no prazo de 15 dias [*indicar prazo diferente, se for o caso*] depois da data em que haja tido lugar o pagamento dos trabalhos, revisões ou acertos que lhes deram origem.

## Cláusula 29.<sup>a</sup>

### Revisão de preços

1. A revisão dos preços contratuais, como consequência de alteração dos custos de mão-de-obra, de materiais ou de equipamentos de apoio durante a execução da empreitada, é efectuada nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de Janeiro, na modalidade de [●] *[indicar]*.

2. A revisão de preços obedece à seguinte fórmula: [●] *[indicar]*

*[OU, se se pretender não estipular uma fórmula expressa:]* É aplicável à revisão de preços a fórmula tipo estabelecida para obras da mesma natureza constante de lei.

3. *[Apenas para o caso de a revisão ser feita na modalidade de garantia de preços pelo dono da obra:]* A revisão de preços obedece às seguintes condições:

- a) Os custos de mão-de-obra e de materiais, fixados de acordo com os valores médios praticados no mercado, são os indicados neste caderno de encargos ou no título contratual;
- b) A garantia de custo de mão-de-obra abrange exclusivamente as profissões enumeradas neste caderno de encargos;
- c) A garantia de custo de mão-de-obra não abrange os encargos de deslocação e de transporte do pessoal do empreiteiro nem os agravamentos correspondentes à prestação de trabalho em horas extraordinárias que não estejam expressamente previstas neste caderno de encargos;
- d) A revisão de preços relativa ao custo de mão-de-obra incidirá sobre o valor correspondente à percentagem fixada na legislação sobre revisão de preços;
- e) O empreiteiro obriga-se a enviar ao director de fiscalização da obra o duplicado das folhas de salários pagos na obra, do qual

lhe será passado recibo, no prazo de cinco dias a contar da data de encerramento das folhas;

- f) Em anexo ao duplicado das folhas de salários, o empreiteiro obriga-se a enviar também um mapa com a relação do pessoal e respectivos salários e encargos sociais a que corresponda ajustamento de preços no qual figurem os montantes calculados na base dos que forem garantidos, dos efectivamente despendidos e as correspondentes diferenças a favor do dono da obra ou do empreiteiro;
- g) O dono da obra pode exigir ao empreiteiro a justificação de quaisquer salários ou encargos sociais que figurem nas folhas enviadas ao director de fiscalização da obra;
- h) Os preços garantidos para os materiais são considerados como preços no local de origem do fornecimento ao empreiteiro e não incluem, portanto, os encargos de transporte e os que a este forem inerentes, salvo se neste caderno de encargos se especificar de outra forma;
- i) Se para a aquisição de materiais de preço garantido tiverem sido facultados adiantamentos ao empreiteiro, as quantidades de materiais adquiridos nessas condições não são susceptíveis de revisão de preços a partir das datas de pagamento dos respectivos adiantamentos;
- j) Independentemente do direito de vigilância sobre os preços relativos à aquisição de materiais de preço garantido, o dono da obra tem o direito de exigir do empreiteiro a justificação dos respectivos preços.

4. Os diferenciais de preços, para mais ou para menos, que resultem da revisão de preços da empreitada são incluídos nas situações de trabalhos.

**Secção V**  
**Projectos de investigação e desenvolvimento<sup>3</sup>**

**Cláusula 30.<sup>a</sup>**

**Obrigação de elaborar projectos de investigação e desenvolvimento**

1. O empreiteiro obriga-se, através de si ou de uma entidade terceira, a elaborar e a executar um ou mais projectos de investigação e desenvolvimento, nos termos da proposta adjudicada, de valor correspondente a, pelo menos, [...] % do preço contratual.

2. Os projectos a que se refere o número anterior devem estar directamente relacionados com as prestações que constituem o objecto do contrato e devem ser concretizados no território nacional.

3. Para os efeitos do n.º 1, deve ser celebrado um contrato que regule a elaboração e execução dos projectos de investigação e desenvolvimento, na data da assinatura do contrato.

**Cláusula 31.<sup>a</sup>**

**Acessoriedade do contrato**  
**de projecto de investigação e desenvolvimento**

1. O contrato a que se refere a cláusula anterior, extingue-se em caso de extinção do contrato de aquisição de bens, por forma diferente do cumprimento.

---

<sup>3</sup> De acordo com o disposto no n.º 7 do artigo 42.º do Código dos Contratos Públicos, este capítulo apenas é aplicável quando o valor do contrato for igual ou superior a € 25 000 000.

2. Quando a extinção do contrato de aquisição de bens, por forma diferente do cumprimento, for apenas parcial, esta implica apenas uma redução proporcional da obrigação de elaboração e execução dos projectos de investigação e desenvolvimento.

## **Secção VI**

### **Seguros**

#### **Cláusula 32.<sup>a</sup>**

##### **Contratos de seguro**

1. O empreiteiro obriga-se a celebrar um contrato de seguro de acidentes de trabalho, cuja apólice deve abranger todo o pessoal contratado, a qualquer título, pelo empreiteiro e subempreiteiros, de acordo com a legislação em vigor em Portugal quanto ao seguro obrigatório de acidentes de trabalho.

2. O empreiteiro e os seus subcontratados obrigam-se a subscrever e a manter em vigor, durante o período de execução do Contrato, as apólices de seguro previstas nas cláusulas seguintes e na legislação aplicável, das quais deverão exibir cópia e respectivo recibo de pagamento de prémio na data da consignação.

3. O empreiteiro é responsável pela satisfação das obrigações previstas na presente secção, devendo zelar pelo controlo efectivo da existência das apólices de seguro dos seus subcontratados.

4. Sem prejuízo do disposto no n.º 3 da cláusula seguinte, o empreiteiro obriga-se a manter as apólices de seguro referidas no n.º 1 válidas até ao final à data da recepção definitiva da obra ou, no caso do seguro relativo aos equipamentos e máquinas auxiliares afectas à obra ou ao estaleiro, até à desmontagem integral do estaleiro.

5. O dono da obra pode exigir, em qualquer momento, cópias e recibos



de pagamento das apólices previstas na presente secção ou na legislação aplicável, não se admitindo a entrada no estaleiro de quaisquer equipamentos sem a exibição daquelas cópias e recibos.

6. Todas as apólices de seguro e respectivas franquias previstas na presente Secção e restante legislação aplicável constituem encargo único e exclusivo do empreiteiro e dos seus subcontratados, devendo os contratos de seguro ser celebrados com entidade seguradora legalmente autorizada.

7. Os seguros previstos no presente Caderno de Encargos em nada diminuem ou restringem as obrigações e responsabilidades legais ou contratuais do empreiteiro perante o dono da obra e perante a lei.

8. Sempre que ocorra um sinistro participado à seguradora, é obrigatória a reposição automática de capital em todas as apólices e rubricas seguras que o vejam reduzido, no valor equivalente ao volume das indemnizações liquidadas ou previstas, obrigando-se o tomador do seguro a pagar o sobreprémio respectivo e a seguradora a aceitar essa reposição.

9. Em caso de incumprimento por parte do empreiteiro das obrigações de pagamento dos prémios referentes aos seguros mencionados, o dono da obra reserva-se o direito de se substituir àquele, ressarcindo-se de todos os encargos envolvidos e/ou por ele suportados.

10. No caso de a minuta de alguma das apólices previstas nos Cláusulas seguintes não ser definitivamente aprovada, por escrito, pelo dono da obra, em virtude de não cobrir, no todo ou em parte, os riscos previstos no Caderno de Encargos, o empreiteiro suportará quaisquer danos que devessem estar cobertos por tal apólice e que por ela não estejam abrangidos.

#### Cláusula 33.<sup>a</sup>

##### **Outros sinistros**

1. O empreiteiro obriga-se a celebrar um contrato de seguro de

responsabilidade civil automóvel cuja apólice deve abranger toda a frota de veículos de locomoção própria do empreiteiro e subempreiteiros, que circulem na via pública ou no local da obra, independentemente de serem veículos de passageiros e de carga, máquinas ou equipamentos industriais, de acordo com as normas legais sobre responsabilidade civil automóvel (riscos de circulação), devendo o capital a segurar ser ilimitado.

2. O empreiteiro obriga-se ainda a celebrar um contrato de seguro relativo aos danos próprios do equipamento, máquinas auxiliares e estaleiro, cuja apólice deve cobrir todos os meios auxiliares que vier a utilizar no estaleiro, incluindo bens imóveis, armazéns, abarracamentos, refeitórios, camaratas, oficinas e máquinas e equipamentos fixos ou móveis, onde devem ser garantidos os riscos de danos próprios.

3. O capital mínimo seguro pelo contrato referido no número anterior deve corresponder ao valor de reposição em novo de cada máquina, incluindo uma garantia de seguro de responsabilidade civil por cada máquina (risco de laboração), perfazendo, no total, um capital seguro que não pode ser inferior ao capital mínimo seguro obrigatório para os riscos de circulação (ramo automóvel).

4. No caso dos bens imóveis referidos no n.º 2, a apólice deve cobrir, no mínimo, os riscos de incêndio, raio, explosão e riscos catastróficos, devendo o capital seguro corresponder ao respectivo valor patrimonial.

## **Capítulo IV**

### **Representação das partes e controlo da execução do contrato**

#### **Cláusula 34.<sup>a</sup>**

##### **Representação do empreiteiro**

1. Durante a execução do Contrato, o empreiteiro é representado por

um director de obra, salvo nas matérias em que, em virtude da lei ou de estipulação distinta no caderno de encargos ou no Contrato, se estabeleça diferente mecanismo de representação.

2. O empreiteiro obriga-se, sob reserva de aceitação pelo dono da obra, a confiar a sua representação a um técnico com a seguinte qualificação mínima: [●] *[indicar]*.

3. Após a assinatura do Contrato e antes da consignação, o empreiteiro confirmará, por escrito, o nome do director de obra, indicando a sua qualificação técnica e ainda se o mesmo pertence ou não ao seu quadro técnico, devendo esta informação ser acompanhada por uma declaração subscrita pelo técnico designado, com assinatura reconhecida, assumindo a responsabilidade pela direcção técnica da obra e comprometendo-se a desempenhar essa função com proficiência e assiduidade.

4. As ordens, os avisos e as notificações que se relacionem com os aspectos técnicos da execução da empreitada são dirigidos directamente ao director de obra.

5. O director de obra acompanha assiduamente os trabalhos e está presente no local da obra sempre que para tal seja convocado.

6. O dono da obra poderá impor a substituição do director de obra, devendo a ordem respectiva ser fundamentada por escrito.

7. Na ausência ou impedimento do director de obra, o empreiteiro é representado por quem aquele indicar para esse efeito, devendo estar habilitado com os poderes necessários para responder, perante o director de fiscalização da obra, pela marcha dos trabalhos.

8. O empreiteiro deve designar um responsável pelo cumprimento da legislação aplicável em matéria de segurança, higiene e saúde no trabalho e, em particular, pela correcta aplicação do documento referido na alínea i) do n.º 4 da cláusula 29.º.

#### Cláusula 35.<sup>a</sup>

##### **Representação do dono da obra**

1. Durante a execução do Contrato, o dono da obra é representado por um director de fiscalização da obra, salvo nas matérias em que, em virtude da lei ou de estipulação distinta no caderno de encargos ou no Contrato, se estabeleça diferente mecanismo de representação.

2. O dono da obra notifica o empreiteiro da identidade do director de fiscalização da obra que designe para a fiscalização local dos trabalhos.

3. O director de fiscalização da obra deve dispor de poderes bastantes e estar habilitado com os elementos indispensáveis a resolver todas as questões que lhe sejam postas pelo empreiteiro para o efeito da normal prossecução dos trabalhos.

4. A obra e o empreiteiro ficam também sujeitos à fiscalização que, nos termos da lei, incumba a outras entidades.

#### Cláusula 36.<sup>a</sup>

##### **Livro de registo da obra**

1. O empreiteiro organiza um registo da obra, em livro adequado, com as folhas numeradas e rubricadas por si e pelo director de fiscalização da obra, contendo uma informação sistemática e de fácil consulta dos acontecimentos mais importantes relacionados com a execução dos trabalhos.

2. Os factos a consignar obrigatoriamente no registo da obra são, para além dos referidos no n.º 3 do artigo 304.º e no n.º 3 do artigo 305.º do CCP, os seguintes:

a) \_\_\_\_\_:

b) \_\_\_\_\_;

c) \_\_\_\_\_. [*indicar factos*]

3. O livro de registo é rubricado pelo director de fiscalização da obra e pelo director de obra em todos os acontecimentos nele registados e ficará ao cuidado deste último, que o deverá apresentar sempre que solicitado pela primeira ou por entidades oficiais com jurisdição sobre os trabalhos.

## Capítulo V

### Recepção e liquidação da obra

#### Cláusula 37.<sup>a</sup>

##### Recepção provisória

1. A recepção provisória da obra depende da realização de vistoria, que deve ser efectuada logo que a obra esteja concluída no todo ou em parte, mediante solicitação do empreiteiro ou por iniciativa do dono da obra, tendo em conta o termo final do prazo total ou dos prazos parciais de execução da obra.

2. No caso de serem identificados defeitos da obra que impeçam a recepção provisória da mesma, a recepção provisória é efectuada relativamente a toda a extensão da obra que não seja objecto de deficiência.

#### Cláusula 38.<sup>a</sup>

##### Prazo de garantia

1. O prazo de garantia é de [●] *[fixar o prazo, ou os diferentes prazos, de acordo com o disposto no artigo 397.º do CCP]*.

2. Caso tenham ocorrido recepções provisórias parcelares, o prazo de garantia fixado nos termos do número anterior é igualmente aplicável a cada uma das partes da obra que tenham sido recebidas pelo dono da obra.

3. No prazo de dois meses *[fixar prazo diferente se necessário]* a contar da data de realização da recepção provisória, é elaborada a conta final da empreitada nos termos e condições previstos nos artigos 399.º e seguintes do

CCP.

#### Cláusula 39.<sup>a</sup>

##### **Recepção definitiva**

1. No final do prazo [*dos prazos, se forem fixados vários*] de garantia previsto na cláusula anterior, é realizada uma nova vistoria à obra para efeitos de recepção definitiva.

2. Se a vistoria referida no número anterior permitir verificar que a obra se encontra em boas condições de funcionamento e conservação, esta será definitivamente recebida.

3. A recepção definitiva depende, em especial, da verificação cumulativa dos seguintes pressupostos:

- a)* Funcionalidade regular, no termo do período de garantia, em condições normais de exploração, operação ou utilização, da obra e respectivos equipamentos, de forma que cumpram todas as exigências contratualmente previstas;
- b)* Cumprimento, pelo empreiteiro, de todas as obrigações decorrentes do período de garantia relativamente à totalidade ou à parte da obra a receber.

4. No caso de a vistoria referida no n.º 1 permitir detectar deficiências, deteriorações, indícios de ruína ou falta de solidez, da responsabilidade do empreiteiro, ou a não verificação dos pressupostos previstos no número anterior, o dono da obra fixa o prazo para a sua correcção dos problemas detectados por parte do empreiteiro, findo o qual será fixado o prazo para a realização de uma nova vistoria nos termos dos números anteriores.

#### Cláusula 40.<sup>a</sup>

##### **Restituição dos depósitos e quantias retidas e extinção da caução**

1. Feita a recepção definitiva de toda a obra, são restituídas ao empreiteiro as quantias retidas como garantia ou a qualquer outro título a que tiver direito.

2.<sup>4</sup>

## **Capítulo VI**

### **Disposições Finais**

#### **Cláusula 41.<sup>a</sup>**

##### **Deveres de informação**

1. Cada uma das partes deve informar sem demora a outra sobre quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e que possam afectar os respectivos interesses na execução do Contrato, de acordo com as regras gerais da boa fé.

2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.

3. No prazo de dez dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deve informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afectada a execução do Contrato.

#### **Cláusula 42.<sup>a</sup>**

##### **Subcontratação e cessão da posição contratual**

A subcontratação e a cessação da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

---

<sup>4</sup> Cláusula em construção com vista à sua adaptação ao CCP.

Cláusula 43.<sup>a5</sup>

**Resolução do contrato**

Cláusula 44.<sup>a</sup>

**Casos fortuitos ou de força maior**

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se, por caso de força maior, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no Contrato.

2. A parte que invocar caso de força maior deve comunicar e justificar tal situação à outra parte, logo após a sua ocorrência, bem como informar o prazo previsível para restabelecer o cumprimento das obrigações contratuais.

3. Não constituem casos de força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do empreiteiro, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do empreiteiro ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo empreiteiro de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo empreiteiro de normas legais;
- e) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do empreiteiro não devidas a sabotagem;

---

<sup>5</sup> Cláusula em construção, com vista à sua adaptação ao CCP.



- f) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

#### Cláusula 45.<sup>a</sup>

##### **Arbitragem**

1. Quaisquer litígios relativos, designadamente, à interpretação, execução, incumprimento, invalidade, resolução ou redução do Contrato podem ser dirimidos por tribunal arbitral, devendo, nesse caso, ser observadas as seguintes regras:

a) Sem prejuízo do disposto nas alíneas *b)* a *d)*, a arbitragem respeita as regras processuais propostas pelos árbitros;

b) O Tribunal Arbitral tem sede em [●] e é composto por três árbitros;

c) O dono da obra designa um árbitro, o empreiteiro designa um outro árbitro e o terceiro, que preside, é cooptado pelos dois designados;

d) No caso de alguma das partes não designar árbitro ou no caso de os árbitros designados pelas partes não acordarem na escolha do árbitro-presidente, deve esse ser designado pelo Supremo Tribunal Administrativo.

2. O tribunal arbitral decide segundo o direito constituído e da sua decisão não cabe recurso.

#### Cláusula 46.<sup>a</sup>

##### **Comunicações e notificações**

1 — Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 — Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato devem ser comunicadas à outra parte.

Cláusula 47.<sup>a</sup>

**Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.